

OCTAVIANO HUDSON, “O HOMEM DO POVO, POETA DOS OPERÁRIOS”: O SILENCIAMENTO E O RESGATE DA COR

OCTAVIANO HUDSON, “THE MAN OF THE PEOPLE, POET OF THE WORKERS”: THE SILENCE AND THE RESCUE OF COLOR

ISABELLA DE SOUZA TAVARES¹
PUC-RIO

Resumo: O associativismo mutualista é considerado uma das bases da prática de organização dos trabalhadores do século XIX no Brasil. Nesse sentido, alguns personagens tiveram destaque neste meio organizativo, por suas conexões ou influências políticas. A trajetória de Octaviano Hudson, o fundador da *Liga Operária* do Rio de Janeiro e grande entusiasta da instrução, possui um papel importante para a compreensão do movimento dos trabalhadores no oitocentos, por ser uma figura presente em diferentes frentes de reivindicações. Poeta e popular entre os trabalhadores, ele era muito citado nas páginas de periódicos da época, caçoado por sua aparência e inclinações políticas. O presente artigo pretende abordar a trajetória

Abstract: The mutual associativism is considered one of the bases of organization practice of workers in XIX century in Brazil. In that sense, some characters had emphasis in that organizational environment, for your connections or political influence. The trajectory of Octaviano Hudson, the founder of *Liga Operária* from Rio de Janeiro and great education influencer, has a key role for the comprehension of the workers movement in eight hundred century, for being a present figure in different claim fronts. Poet and popular among the workers, his name was quoted several in newspaper pages in his time, being mocked for his appearance and political inclinations. This present article intends to address Hudson

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e atualmente doutoranda em História Social da Cultura na PUC-RIO. Email: isabellast96@gmail.com.

de Hudson à luz do silenciamento de sua cor nas fontes. trajectory in the light of the muting of his color in the sources.

Palavras-chave: Octaviano Hudson; associativismo; instrução; silenciamento; cor
Keywords: Octaviano Hudson; associativism; instruction; muting; color.

INTRODUÇÃO

O Brasil do século XIX esteve longe de ser representado pela dicotomia entre senhores e escravizados, a historiografia vem nos mostrando a complexidade de sujeitos que compunham a sociedade imperial. Dentro deste espectro de renovação trazido pela história social, passamos a compreender que diversos sujeitos compuseram o mundo do trabalho no oitocentos e consideramos as possibilidades de perspectiva de uma classe trabalhadora mais plural.

O mundo do trabalho da segunda metade do século XIX, permeado pelo fenômeno das associações mutualistas nos mostra que a organização e movimentação dos trabalhadores coexistiam junto à sociedade escravista. O entendimento da composição desta classe trabalhadora que se formava no oitocentos traz para os holofotes da historiografia uma diversidade de sujeitos, incluindo homens nacionais brancos e negros livres, libertos, imigrantes europeus, africanos e etc.

Nesse sentido, a trajetória de nosso personagem, Octaviano Hudson, pode ser compreendida como um resgate da diversidade dos sujeitos que permeavam a sociedade do oitocentos. A sociabilidade e os espaços por onde Hudson circulou são parte do mundo do trabalho e podem nos ajudar a compor a história dos trabalhadores da segunda metade do século XIX. Assim, resgatá-lo significa muito mais do que construir uma trajetória personificada, vai além, propondo possibilidades de vivências apagadas pelo silêncio da cor.

Buscamos fazer uma discussão sobre o apagamento da cor de Octaviano Hudson nas fontes. A cor de nosso personagem somente se apresentou para nós através do contato com o artigo

de Ana Flávia Magalhães Pinto, “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”, no qual tivemos acesso a um artigo no periódico *O Paiz* de 1902 em que Hudson é referenciado enquanto um homem “mulato” (Pinto, 2017). A partir disso, analisamos o conjunto de fontes através de uma perspectiva racializada, tentando responder ao questionamento em torno do silenciamento da cor.

OCTAVIANO HUDSON - “HOMEM DO POVO, POETA DOS OPERÁRIOS”

Octaviano de Castro Hudson nasceu em 1837, filho do negociante inglês George Hudson e de Theresa Maria da Glória. Não temos mais do que a informação de que seu pai chegou ao Brasil em 1834, quando se instalou como corretor de navios e regressou a Londres por conta de uma filha doente, tendo deixado Hudson ainda criança por aqui (*Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1900, p.2). Sua mãe parece ter ficado em terras brasileiras, já que foi sustentada pelo filho até sua morte (*O Globo*, 7 de junho de 1876, p.3.). Sendo assim, as fontes indicam que seus pais não contraíram matrimônio, portanto não constituíam uma família nuclear.

O prólogo de seu livro de poesias, *Peregrinas* de 1874, escrito por Fagundes Varella, faz um apanhado de sua vida profissional:

Octaviano Hudson, o homem do povo, o poeta dos operários, aprendeu aos dezesseis anos de idade, a arte tipográfica na casa dos Srs. Soares & Comp., à rua da Alfândega; passou daí para as oficinas do *Diário do Rio de Janeiro* de que era redator e proprietário o Sr. conselheiro Alencar. Saindo do Diário do Rio de Janeiro, tomou a administração da extinta empresa do periódico — *Cidadão* —, à rua de S. José — d'onde no fim de um ano partiu para Petrópolis e trabalhou gratuitamente na composição e paginação do — *Parahyba* — jornal do Sr. Zaluar, e do finado Ramigio de Senna Pereira. De Petrópolis foi Octaviano Hudson para a província do Espírito Santo montar a tipografia do — *Mercantil*. Sempre infeliz, iludido sempre,

voltou do Espírito Santo, trazendo por única recompensa de seus labores, como filosoficamente o diz... um feixe de canas. Empunhou os componidores da *Nova Phase*, de Angra dos Reis, onde também foi redactor de um periódico litterario, dedicado às senhoras, denominado — *Beija-Flôr* — da *República, Correio do Brasil e Diária do Povo*, typographia hoje ocupada pela *Reforma*, e finalmente do *Diário de Notícias*, onde muitos artigos escreveu em defesa dos operários (Hudson, 1874, p. 3-4).

Sua vida tem íntima relação com o mundo da imprensa como podemos ver, mas em sua trajetória circulou por diversos meios. Esteve envolvido com os trabalhadores em múltiplas associações mutualistas em que era benemérito e no campo da instrução pública, reunindo esforços para manter de pé escolas noturnas e prover auxílios aos alunos pobres na década de 1870.

Octaviano Hudson é um personagem relevante por sua trajetória de movimentação entre os trabalhadores e pela sua atuação em prol da instrução popular. Sua ideia ao fundar a Liga Operária em 1872, transparece em seu discurso publicado no periódico *Tribuna Artística* à época: “ella é fundada sob as bases as mais sagradas da sociedade - amor ao trabalho, protecção e respeito mútuo e instrucção aquelles que não a tiverem” (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 2). Não só para Hudson o trabalho e a instrução caminhavam lado a lado, já que a segunda metade do século XIX foi permeada pelos ventos do progresso iluminista, que influenciou a organização dos trabalhadores e também suas pautas que envolviam a construção de um futuro digno para a classe (Mac Cord, Marcelo, 2012, p. 29).

A Liga Operária, que surgiu com a ideia e iniciativa de Hudson, é apontada por Cláudio Batalha como a primeira associação que se propôs a organizar os trabalhadores enquanto classe (Batalha, 2009, p. 185 e 186). Na reunião de fundação da sociedade a diversidade dos trabalhadores que a compunham transparece, estavam presentes desde carpinteiros e sapateiros até o pintor Pedro Américo (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 1). Este grau de pluralidade presente na Liga demonstra ao que a organização se propunha em pleno século XIX, reunir trabalhadores de diferentes segmentos sob as bases do amor ao

trabalho e da instrução, tecendo uma identidade enquanto classe trabalhadora.

Dentro da associação, eram incentivadas medidas em torno da instrução dos trabalhadores. Um dos artigos do estatuto aprovado em 1873, dizia respeito à contribuição dos membros com um livro para a biblioteca da Liga Operária, a ser entregue juntamente com a jóia de entrada que deveriam pagar (*Estatutos Associação*, 1873, p. 537). A sociedade também oferecia aulas noturnas para seus associados e meninos menores de 15 anos, havia disciplinas como primeiras letras, aritmética, francês, desenho geométrico e música (*Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1881, p. 5). Podemos considerar que a iniciativa de Hudson acabou cumprindo um papel social, onde o Estado havia deixado uma lacuna. Imerso também nos princípios liberais e progressistas, o governo imperial pensava em formas de modernizar e expandir o ensino profissional, mas sem um planejamento efetivo muitas vezes o ensino das artes mecânicas e das primeiras letras se fazia dentro das associações mutualistas de trabalhadores (Mac Cord, p, 2012, p. 29-30).

Não foi somente no espaço da Liga Operária e das associações mutualistas onde circulou que Octaviano Hudson colaborou em prol da instrução. Sua atuação no âmbito da educação também se deu junto a sociedade como um todo, já que em 1876 publicou a cartilha *Methodo Hudson*, que foi oferecida à infância e ao povo. O objetivo do método era tornar mais fácil e compreensível o processo de aprendizagem da leitura. Foi permitida a reimpressão do método para os agentes da instrução pública e pelas sociedades beneficentes, visando a distribuição gratuita. Em janeiro de 1877, a cartilha foi autorizada pela Comissão de Fazenda Municipal para ser distribuída gratuitamente nas escolas da corte (*Jornal do Comércio*, 31 de janeiro de 1877, p. 3).

Por muitos, Octaviano Hudson, era entendido como um filantropo que estava sempre disposto a ajudar e recolher fundos para os necessitados (*Monitor Campista*, 16 fevereiro de 1886, p. 2). A maioria de suas campanhas de arrecadação eram destinadas à infância, principalmente no que diz respeito às crianças pobres das escolas municipais (*O Globo*, 26 de novembro de 1877, p. 4). Arrecadou sapatos, livros, roupas, penas, recursos e ajudava a

promover premiações para os alunos das escolas da corte (*Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1877, p. 5). Se filantropo ou “militante” da instrução para o povo, o fato é que Hudson se movimentava em busca de ajuda para os menos abastados.

Por suas crenças republicanas e progressistas era tido como um sonhador iludido, que gastava sua vida a realizar aquilo que propôs mudar - o mundo do trabalho e da instrução (*Revista Illustrada*, 18 de fevereiro de 1886, p. 2-3). Revistas e folhas jocosas tiravam sarro de seus poemas e de sua aparência², o que era tratado de forma indiferente por Hudson. O que se tornava diferente quando questionado sobre sua índole política,

Tratam alguns amigos de assoalhar que me acho empregado no Matadouro e finalmente ao serviço do governo! Calúnia! Não há ninguém neste paiz que ignore que o homem do trabalho honesto arrasta uma vida de lutas e dissabores. Empregado na casa dos Sr. Farani & Irmão que me honraram com a sua confiança, como encarregado das suas cobranças, creio que essa missão nada tem de oficial. Quando me virem a serviço de qualquer governo de meu paiz, então manchem o meu caráter. Não tentem tisanar a minha reputação e as convicções de minha'lma. respeitem a adversidade da pobreza, que persegue aos que amam a pátria e a liberdade (*O Globo*, 12 de junho de 1875, p. 3).

Hudson, que à época era um ferrenho republicano, sempre se colocava em seus discursos contra a monarquia. Fazia ferrenhas críticas ao ministro e diretor da pasta de instrução José Bento da Cunha Figueiredo nos primeiros meses de 1877, quase sempre pela pauta da instrução pública (*O Globo*, 6 de fevereiro de 1877, p. 3). Na década de 1870, era comum que em seus

² Os ataques à aparência de Hudson tinham como alvo seu cabelo e constantemente qualificavam-o como sujo. Como nas sátiras do periódico *Corsário*, que em 1 de setembro de 1881 dizia “Ora o Hudson! Sempre é muito píffio o tal poeta dos piolhos. Depois que arrefeceu do entusiasmo republicano, tem descido (elle nunca subiu) até, até...”. Já a *Revista Illustrada*, em 17 de março de 1880, fazia comentários jocosos indicando que Octaviano Hudson era sujo: “Em consequência do paiz achar-se ainda acéfalo, e a situação anômala, foi mais uma vez adiado o banho que o Sr. Octaviano Hudson prometia tomar.”.

poemas versos como “Só temos por desgraça uma mazela: Fingida liberdade!” estivessem presentes (*Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1877, p.3). Em seus artigos em periódicos soavam críticas como:

Reorganizem-se muito embora ministérios, venha este ou aquelle grupo, liberais ou conservadores o mal continua e continuará sempre; quem nos governa não é a opinião pública, é o telégrafo imperial! O Estado neste paiz é o rei, os partidos são o rei, a salvação pública é o rei e finalmente o rei em tudo e por tudo é uma entidade que absorve todas as liberdades pátrias (*O Globo*, 18 de fevereiro de 1877, p. 3).

Nos agradecimentos de seu livro de poesias havia menção a nomes como Luiz Gama, Quintino Bocayuva e Joaquim Saldanha Marinho (Hudson, 1874, p.13), personagens conhecidos da política das décadas de 1870 e 1880. O último, de quem era amigo e companheiro de maçonaria, aparece diversas vezes nas fontes utilizadas, inclusive, esteve presente em algumas reuniões no início da Liga Operária. Octaviano Hudson até mesmo proferiu discurso na homenagem que Saldanha Marinho recebeu da maçonaria brasileira em 1879 (*Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1879, p. 2.). Tais relações apontam que Hudson estava inserido nas redes de sociabilidade dos republicanos e possivelmente dos abolicionistas.

Nesse sentido, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, era compreendido por seus pares da imprensa como um ferrenho apoiador da causa, algumas vezes descrito como “desenganado de que é elle o unico republicano convicto e sincero do Brazil” (*Revista Ilustrada*, 26 de fevereiro de 1876, p.2). Há indícios de que tenha se envolvido com a causa abolicionista já que é citado na *Gazeta da Tarde* como: “O Hudson, da Liga Operária, o Hudson das meias, sapatos e chapéus para crianças desvalidas, é também o Hudson que se encarregou de pedir o óbolo destinado para remir os captivos” (*Gazeta da Tarde*, 29 de março de 1881, p. 3).

Como jornalista do *Jornal do Comércio* criou a coluna de poesias *Musa do Povo*, que logo se espalhou por outros periódicos, com base em seus ideais republicanos, sendo a musa

a própria república. As poesias possuíam teor político, como a intitulada “*Larguem as pastas*” de 1877, que dizia:

Contempla, musa, a pátria desditosa,
 Captiva de um senhor.
 Não sente do teu seio uma chama ardente?
 Não te passa uma ideia pela mente
 De um destino melhor?

De um em um se atufam os talentos
 Nesta quadra fatal!
 De um em um esmaga-os a voz pública;
 Só nos pode salvar uma república
 Neste transe moral.
 (...)

Largai, largai, deixai a governança,
 Senhores do poder;
 O povo está no leito sepultado
 Por ver o seu caráter difamado
 E nem vos pode ver (*O Globo*, 19 de julho de 1877, p. 3).

Octaviano Hudson faleceu na noite de 12 de fevereiro de 1886, aos 49 anos, em decorrência de problemas cardíacos. Sua morte teve grande repercussão nas páginas da imprensa, imbuídas de palavras sobre sua personalidade. Seu velório e enterro foi descrito pelos jornais de forma comovente, com diversas coroas de flores oferecidas pelos colegas de profissão, dos amigos próximos, das escolas municipais e dos grandes jornais da corte. Carregaram seu caixão figuras ilustres como o líder abolicionista e redator da *Gazeta da Tarde* José do Patrocínio, o político e jornalista Quintino Bocayuva e o proprietário e desenhista da *Revista Ilustrada* Angelo Agostini (*Diário de Notícias*, 14 de fevereiro de 1886, p. 1).

Se vivo despertava a ironia e sátira dos colegas de imprensa, quando faleceu teve sua reputação elevada com odes e homenagens a sua trajetória. As revistas que tanto lhes tiravam sarro, também lhes renderam honras e louros em sua morte estampando-o em suas capas. A legenda da capa em homenagem a Octaviano Hudson, em *O Mequetrefe*, após seu falecimento se

referia ao nosso personagem como “O apóstolo da caridade” (*O Mequetrefe*, 1886, ano 12, edição 399).

Em respeito a sua morte, suspenderam-se as aulas das escolas municipais e algumas associações declararam luto de oito dias, como “prova do desvelo com que Octaviano Hudson se dedicou a protegê-las, a angariar para elas o benefícios do povo e dos públicos poderes, não cansando jamais nessa labutação em que vivia, de pedir para os outros, e na qual chegava até esquecer-se de si próprio” (*Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1886, p.1).

O poema “O operário”, em seu livro foi oferecido aos operários dos arsenais de guerra e marinha em 1874, também foi um dos que mais marcaram sua escrita (*O Trabalho*, 31 de agosto de 1879, p. 2). Sempre lembrado e publicado ao longo do tempo, na ocasião de sua morte não foi diferente, as páginas dos jornais deram eco às palavras de Octaviano Hudson defendendo a classe trabalhadora brasileira:

Ai, quanto dissabor esmaga o operário
 Quer no leito dolente ou ainda na officina,
 Quanto escárnio, meu Deus, ás faces arremessa-lhe
 Estúpida vaidade !

(...)

As mãos cheias de calos, as mãos que nobilitam-se
 Na lima, no martello, na serra e na bigorna,
 Colhem folhetas d'ouro e como as conchas níveas
 Pródigas emergem pérolas!

Lettras, artes, commercio, industrias e sciencias
 Não prescindem do braço invicto do trabalho,
 E quando a pátria ultrajam, lá corre o operário,
 Defende-a até morrer !

Honrando do progresso o prefulgente lábaro,
 Na vanguarda marchai dos grandes combatentes,
 Até que um dia reconquistéis impávidos.
 Libérrimos direitos.

O sol que doura os montes espraia os raios ígneos,
 Beijando as vossas frentes unguidas de suor;
 Quando amortece a flamma, no horizonte atufa-se,

Saúda-te operários! (Hudson, 1874, p. 28-29)

O RESGATE DO SILÊNCIO

A historiografia brasileira produziu um esquecimento sistemático de personagens negros. Um quadro que só começou a se reverter na década de 1980 com a virada historiográfica da história social no Brasil, influenciados pela obra de E. P. Thompson. Pesquisadores brasileiros enveredaram-se por temas como a escravidão e o trabalho através da perspectiva social, na contra-mão da interpretação das grandes estruturas. As obras produzidas desde 1980 até aqui, nos mostram novas possibilidades de agentes históricos, a complexidade do Brasil colonial e imperial, as fronteiras entre escravidão e liberdade e uma história social do trabalho racializada (Chalhoub, 2010).

A formação da classe operária inglesa foi a diretriz da base de construção da nova história social no Brasil. Sem deixar de lado o marxismo, alguns autores também se dedicaram a pensar em um alargamento do conceito de classe trabalhadora, já que um modelo etapista e estruturalista europeu nos manteria encastelados no mesmo paradigma. O livro lançou novas bases para se pensar a formação da classe trabalhadora. Isso porque o autor dá um passo atrás - em 1780 - e afasta o surgimento da classe de fatores somente econômicos do século XIX. Apesar de recentemente existirem críticas de um nacionalismo metodológico na obra, como a feita por Marcel Van Der Linden, o livro foi um pontapé para um recuo no século XIX nos estudos do mundo do trabalho no Brasil (Van Der Linden, 2009, p. 13).

Nesse sentido, Thompson nos trouxe outra ideia ao produzir uma história dos trabalhadores ligada à realidade do cotidiano. Longe de nos afastar de uma história dos trabalhadores ligada à política e às estruturas, E. P. Thompson deixa claro no prefácio de *A formação da Classe Operária Inglesa* que pretende resgatar uma história do “(...) pobre tecelão de malhas, o meeiro luddista, o tecelão ‘obsoleto’ de tear manual, o artesão ‘utópico’ (...)”.³

³ thompson, 2018, p. 14.

Com isso em mente, pensar o mundo do trabalho no século XIX no Brasil significa alargar até mesmo a compreensão de quem são os trabalhadores. Nesse sentido, o artigo de Silva Lara “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, alargou as fronteiras do mundo do trabalho, considerando escravizados enquanto trabalhadores, principalmente a partir da compreensão das relações possíveis entre escravizados e livres (Lara, 1998)

Ao pensar na composição racial no mundo do trabalho, Álvaro Nascimento nos apontou um “paradigma da ausência” em relação à presença da população negra na historiografia do trabalho no Brasil. Tanto em pleno funcionamento da escravidão, como no pós-abolição estes trabalhadores foram desconsiderados e apagados, quando sempre estiveram presentes. Existiam negros livres e libertos compondo o mundo do trabalho livre na sociedade imperial, assim como compartilhando espaços de trabalho no século XX com os imigrantes (Nascimento, 2016, p. 609-610)

Temos uma gama de personagens negros invisibilizados pela historiografia e outros que ainda estão sendo descobertos e investigados por pesquisadores. A história do trabalho que se baseava em uma leitura anômica dos negros no pós-abolição, precisou se reinventar e voltar ao século XIX compreendendo que existia até mesmo a agência nos trabalhadores livres e escravizados, muitas vezes compartilhando experiências entre si (Mattos, 2004, p. 15). Uma historiografia que desconsiderou inclusive figuras negras socialistas como Vicente de Souza e Gustavo de Lacerda, que foram capazes de conseguir interlocução direta entre os trabalhadores livres e o movimento abolicionista (Pinto, 2017, p. 7).

No hall do esquecimento desses personagens, os historiadores que se propõe a resgatá-los do apagamento enfrentam dificuldades de encontrar a cor de forma acessível nas fontes. Dificuldade que Hebe Mattos descreve como “irritante” ao nos mostrar o desaparecimento do registro da cor das testemunhas nos processos da Corte de Apelação na segunda metade do século XIX (Mattos, 2013, p. 105). O que acaba nos restando na pesquisa é o cruzamento de fontes ou outros mecanismos a fim de perceber a experiência racial dos

personagens em fins do oitocentos, como o tratamento que recebiam dos jornais satíricos e as constantes tentativas de ferir-lhes a imagem.

A problemática do desaparecimento da cor nas fontes se relaciona com o processo do silenciamento da cor, que a população negra experienciou a partir da segunda metade do século XIX. A noção de cor herdada do período colonial estava atrelada à condição social dos indivíduos. Podemos notar isso nos significados e na distinção feita entre os termos de referência a população negra, como “preto”, “pardo” e “crioulo”. Nesse sentido, “pardo” era sempre acompanhado do qualificativo “livre” ou “forro”, enquanto distinção social destinada aos não brancos, conferindo uma condição que se afastava e se diferenciava da escravidão. Mattos deixa claro que a classificação de “pardo” pouco considerava a pigmentação da pele, tanto que muitos pardos eram filhos de casais africanos, assim era usado como distinção social (Mattos, 2013, p. 41-42).

Se “pardo” significava um afastamento da escravidão e uma proximidade de ser inserido socialmente no mundo da liberdade branca, o termo “preto” designava diretamente o cativo. Disso deriva o termo “crioulo”, entendido como os escravizados nascidos no Brasil. “Preto” até a metade do século XIX quase sempre se referia aos africanos. A condição social que acompanhava o termo “pardo” nos implica a pensar que a liberdade era inerente ao branco e a escravidão aos negros. O entendimento da liberdade como um atributo do branco só é posta à prova em meados do século XIX, quando demograficamente a população negra livre e liberta superou a de escravizados e brancos - no Rio de Janeiro e Minas Gerais, segundo o censo de 1872. É também em meados do oitocentos, que a posse indiscriminada de escravizados sofreu uma queda, em decorrência da necessidade de mãos nas lavouras do Vale do Paraíba (Mattos, 2013, p. 46).

Acontece que, com o panorama do crescimento demográfico e a decadência do escravismo a partir da proibição do tráfico transatlântico, a liberdade deixou de ser entendida enquanto um atributo apenas dos brancos. O termo qualificativo “pardo livre”, um resquício da época colonial, desaparece das fontes ao passo que “negro/preto” continua a designar o cativo

(Mattos, 2013, p. 42). A liberdade passa a não ser mais atrelada a cor em consequência da grande absorção de negros livres e libertos na sociedade, assim como os brancos precisam criar uma nova identidade que não mais se relaciona com aquela significativa do senhor de escravos (Mattos, 2013, p. 44).

Mas, se a cor desaparece nas fontes onde eram registradas, como qualificativos/status nos processos jurídicos, de que forma a população negra livre se coloca no mundo dos brancos em relação a sua tez? As mudanças não atingem somente as estruturas, a maneira como o entendimento de raça é colocado pelos próprios personagens nos mostram como silenciar tal assunto era a estratégia de sobrevivência. Esse segmento da população livre buscava exercer a plena cidadania, lutando por igualdade entre brancos e pardos, principalmente no que diz respeito à ocupação de cargos públicos (Mattos, 1999, p. 12 e 13).

Atrelado ao silenciamento, Ivana Stolze Lima em *Cores, marcas e falas - Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, pauta o receio da própria população quanto aos projetos de recenseamento das províncias e do Império que trabalhavam com a classificação racial entre as décadas de 1830 e 1860. O medo de livres e libertos ao afirmarem sua cor para as pesquisas estatísticas estava atrelado ao boato do uso deste dispositivo como ferramenta para escravizá-los (Lima, 2003, p. 108.). Nesse sentido, podemos ver o silenciamento sendo utilizado como estratégia de sobrevivência na ordem imperial.

Nas décadas após a independência, a luta era para que não existisse distinção de cor entre os cidadãos. Por isso, não fazia sentido que libertos não pudessem ocupar cargos públicos ou compor a Guarda Nacional, já que a Constituição de 1824 os reconhecia enquanto cidadãos. Lima aponta o uso da imprensa na década de 1830 em jornais intitulados *O homem de cor* ou *O crioulinho* o uso de termos como “mulato” e “bode” reafirmando uma identidade positiva e ligada a liberdade enquanto ação política, a fim de pautar a igualdade entre os cidadãos do império, independente da cor que possuísem (Lima, 2003, p. 51).

Nesse sentido, no início do império, assistimos com Antônio Rebouças a luta pela plena cidadania dos homens negros libertos, mediante o mecanismo de exclusão dos nascidos cativos a ocupação de cargos públicos. O político, com base no ideal

liberal de liberdade, alegou discriminação racial ao tratamento dado aos egressos da escravidão pela Constituição de 1824 (Mattos, 1999, p. p. 41-43). Na segunda metade do oitocentos, o panorama que temos a partir da década de 1870 com a luta abolicionista, é um movimento de desracialização da escravidão, negando as justificativas de base “natural” na contramão das teorias de inferioridade racial (Mattos, 1999, p. 58-59). O que queremos dizer com isto, é que durante todo o século XIX houve uma problemática em relação a cor e os atributos a ela relacionados para a população negra livre e liberta, fazendo com que silenciá-la fosse uma opção para sobreviver a uma sociedade imperial que ainda herdava as hierarquias sociais do Antigo Regime, pautando a cor e condição social como qualificativo.

Um exemplo de personagem negro esquecido é Teodoro Sampaio, abordado por Wlamyra Albuquerque, que nos mostra como personalidades negras bem sucedidas no ambiente dos brancos - apesar das discriminações - são esquecidos ou dados pouca importância. Teodoro Sampaio era filho de cativa e de pai desconhecido, se formou em engenharia, presidiu o IHGB em 1922 e produziu estudos geográficos sobre a região do nordeste que auxiliaram na obra de Euclides da Cunha. Usou sua posição e influência para libertar os irmãos que ainda eram escravizados. Quem aponta o esquecimento deste personagem é Gilberto Freyre, no centenário de seu nascimento (Albuquerque, 2020, p. 125 e 126). Ainda que para Sampaio e para população livre negra o silenciamento da cor fosse uma estratégia de sobrevivência, suas trajetórias precisam ser lembradas e reafirmadas dentro do complexo contexto do Brasil imperial e republicano.

No caso de Vicente de Souza, já aqui citado, o professor e médico baiano foi figura atuante do movimento republicano, abolicionista e socialista. Circulou em diversas associações de trabalhadores, com destaque para a *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, onde proferiu muitos discursos em defesa da abolição. Em sua rede de sociabilidade e atuação junto aos trabalhadores, Vicente de Souza conseguia aquilo que outros personagens como José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e André Rebouças não conseguiam, uma interlocução direta com as classes operárias (Pinto, 2017, p. 6).

Ana Flávia Magalhães Pinto ao nos apresentar a trajetória de Vicente de Souza, nos traz o evento póstumo de homenagem ocorrido em 13 de maio de 1913, no Cemitério São João Batista. Estiveram presentes mais de mil pessoas para a inauguração de seu busto, onde foi descrito como um “eminente batalhador da causa operária”. Apesar de celebrar a vida e os feitos de Vicente de Souza, a homenagem não citava seu perfil racial, o que é minimamente curioso. Como justificativa, a autora nos aponta que talvez a menção a cor não fosse considerada necessária, pelo que a fotografia e o nome referenciavam. A não menção também pode ser justificada pelo código de conduta adotado pelo grupo dos trabalhadores socialistas e da própria sociedade do pós-abolição, que queria deixar para trás as diferenças raciais, inclusive em meio aos trabalhadores, indo contra um suposto “separatismo” (Pinto, 2017, p. 4).

A trajetória de nosso personagem, Octaviano Hudson, se relaciona com a questão do silenciamento da cor. Apesar de possuir um verbete no *Dicionário do Movimento operário*, que o descreve como:

Tipógrafo, jornalista e poeta. Republicano. Signatário do Manifesto Republicano de 1870. Colaborador da *Tribuna Artística - Periódico redigido por Artistas* no início dos anos de 1870 (...) Em 1872, foi o principal organizador da Associação de Auxílios Mútuos “Liga Operária” (Batalha, 2009, p. 79)

Não há nenhuma menção à cor de Hudson nas referências existentes. Apesar de ser mencionado em textos de Cláudio Batalha, sua trajetória não foi abordada a fundo. Sendo assim, a vida pública e política de Hudson pode ser compreendida dentro do campo de estudos sobre os trabalhadores e o associativismo na segunda metade do século XIX, elucidando questões sobre a cor das classes trabalhadoras.

Entre a década de 1860 e o ano de 1886, em nossa pesquisa foram encontradas 814 menções referentes a Octaviano Hudson, em um total de 157 periódicos nacionais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O número de menções é significativo, o que demonstra que Hudson atraía atenção do público por sua atuação em meio aos trabalhadores e

aos republicanos. O que nunca ficou claro nessas fontes foi a sua cor, motivo pelo qual acreditamos ele nunca ter sido descrito enquanto um homem negro quando mencionado em trabalhos anteriores. A cor deste personagem - ou o silenciamento dela - foi uma descoberta feita ao longo da pesquisa, em contato com as leituras e fontes.

Em toda quantidade de fontes da trajetória de Octaviano Hudson analisadas, entre 1860 e 1886, em nenhuma sequer há menção explícita sobre sua cor. Somente em um artigo posterior a sua morte, em 1902, é referenciado como um homem “mulato”. Na ocasião, a coluna de Gustavo de Lacerda sob o título “Questão de Raça”, no jornal *O Paiz*, saía em defesa dos trabalhadores negros mediante a crítica dos italianos do periódico *Avantii*, que os acusou de serem “refratários á organização”. Ao apontar que a organização de trabalhadores e o socialismo chegou ao Brasil antes mesmo dos imigrantes europeus, diz:

Muito antes que no Brazil apparecessem os propagandistas do *Avantii!* já um **mulato** - Octaviano Hudson - fazia propaganda socialista, e quando batido pela manha politica da monarchia, em attitude de guerra contra as novas idéas, ficou só e sem meios de lutar, converteu o abrigo que lhe deram nas collumnas do *Jornal do Commercio*, na celebre secção *Musa do Povo*, que se tornou celebre (*O Paiz*, 29 de junho de 1902, p. 2. Grifo nosso)

Lacerda faz a defesa em seu artigo resgatando personagens e trabalhadores negros que se dedicaram a organização da classe trabalhadora no século XIX, onde o socialismo ecoava nas ideias propostas. Por isso, traz junto de Hudson personalidades como Vicente de Souza, Mansios d’Asia e França e Silva, todos homens negros que participaram de alguma forma de movimentações e organizações no mundo do trabalho do oitocentos.

A ideia de lutar contra um “separatismo” racial estava presente no mundo do trabalho do período pós abolição, por isso Gustavo de Lacerda argumenta que “não se compreende que em jornal socialista [o *Avantii*] se incorpore acusações desta natureza, que rompem com toda *solidariedade*, que não pode coexistir com seleção de raças e de cores” (*O Paiz*, 29 de junho

de 1902, p. 2) É também este trecho da fala de Lacerda, que Ana Flávia Magalhães Pinto utiliza para formular uma das razões pelas quais Vicente de Souza e outros personagens em homenagem póstuma não foram salientados enquanto homens negros (Pinto, 2017, p. 5).

Sobre o associativismo do século XIX, muitos autores demonstraram como trabalhadores livres se organizavam em prol da abolição, como no caso do padeiro João Mattos, que organizou os empregados de padaria em ações diretas de libertação de escravizados e em meio as associações mutualistas (Mattos, 2004, p. 15). A busca por nobilitação e pelo afastamento daquilo que a sociedade compreendia sobre o trabalho manual ser comparado ao escravo, se dava por duas formas. Para muitas sociedades mutualistas o fim da escravidão colocaria todos os trabalhadores em pés de igualdade, sendo possível o afastamento total da ideia de que o trabalho manual seria degradante. Outras associações, como a *Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristovão*, proibiam homens negros livres e libertos no seu corpo de membros, pois queriam se manter o mais longe possível do mundo da escravidão (Batalha, 2010, p. 64).

Esse panorama do associativismo no oitocentos e sua postura perante a escravidão, nos indica não só que trabalhadores livres e escravizados compartilhavam espaços de trabalho, mas também em alguns casos uma luta comum, a liberdade. Conseguida a emancipação, a luta pela causa dos trabalhadores seria uma só. Essa perspectiva pode jogar luz à luta contra um separatismo racial no pós-abolição do qual Lacerda nos fala, considerando que a liberdade colocou todos os trabalhadores em igualdade jurídica. Assim como a posição de sociedades mutualistas que excluíam homens negros, pode nos ajudar compreender a crítica do jornal *Avanti!* colocando “a pecha de refratários aos negros, como uma nota de inferioridade, tendendo a incentivo de repulsa por parte de outras raças” (*O Paiz*, 29 de junho de 1902, p. 2).

Toda a questão racial que Lacerda expõe defendendo trabalhadores negros e os trazendo como personagens importantes do mundo do trabalho, na qual Octaviano Hudson aparece, é parte central deste artigo. Se Hudson foi figura importante na sociedade imperial a ponto de aparecer

constantemente nos jornais da corte e ser referência em seus campos de atuação enquanto um homem negro, o fato de sua cor não aparecer nas fontes analisadas reflete muito da questão racial da segunda metade do século XIX.

Não nos custa rememorar que as décadas finais do oitocentos são marcadas pela propagação de teorias raciais e projetos eugenistas, que pautavam a modernização através do ideal de embranquecimento pela mestiçagem enquanto melhoramento do futuro do país (Seyferth, 1994, p. 177-179. Schwarcz, 1993; Schwarcz, 1994, p. 137-152, 1994; Schwarcz, 2013). O darwinismo social e a antropossociologia enquanto ciências deram base a uma desigualdade que na mentalidade daqueles cientistas deveria ser entendida como natural. Giralda Seyferth considera que a busca por uma mão de obra “moderna e civilizada” se baseia na crença de que escravizados e libertos não eram capazes de compor a mão de obra livre de um país que buscava o progresso (Seyferth, 1996, p. 45; Carula, 2012. T; Carula, 2008, p. 349-370).

Nesse sentido, o silêncio da cor nas fontes na segunda metade do século XIX reflete uma sociedade que almejava para si ser o espelho de nações europeias, buscando na prática suprimir a presença e herança africana de seus cidadãos. Sendo assim, não é surpresa que os próprios sujeitos silenciaram suas origens frente a conjuntura que se impunha nos projetos de nação e no tratamento do cotidiano social.

A COR NAS ENTRELINHAS

Enquanto era exaltado por suas ações em benefício das crianças mais pobres e entre os trabalhadores, para alguns Octaviano Hudson servia como alvo de sátira e deboche. *O Mequetrefe*, *Revista Ilustrada* e *O Corsário* eram os periódicos satíricos que se referiam ao nosso protagonista de formas pejorativas. É comum encontrar nas páginas dessa imprensa em específico, tons de deboche em relação às atuações e trabalhos de Hudson. Como por exemplo, críticas a suas poesias na coluna “Musa do Povo” no *Jornal do Comércio* ou ao seu livro de poesias, intitulado *Peregrinas* (*O Mequetrefe*, 25 de setembro de

1878, p. 2). Entretanto, além da desqualificação a sua escrita, sua aparência era quase sempre o alvo dos deboches nos jornais.

Não era incomum que Octaviano Hudson fosse referido pelos periódicos jocosos da corte como um indivíduo sujo, a quem faltava banho. A aparência de Hudson foi comentada por Francisco Rangel Pestana, em ocasião que escreveu um texto defendendo-o:

(...) Ao Hudson acontece o mesmo que ao Quintino, mancebo sympathico, esbelto e de physionomia insinuante: fazem-no feio. Caprichos dos lápis humorísticos, que procedem em opposição à fotografia. Tem muitas vezes esse inconveniente e popularidade pelo constante aparecer em folhas ilustradas. (...) Quem observa atentamente este typo da sociedade fluminense reconhece que as linhas de seu rosto dão um todo que não está em perfeita relação com a sua figura, conforme nela apresentam as folhas ilustradas: mas em parte ele mesmo é o culpado disso: a sua cabelleira, a gravata e o traje andam constantemente em desalinho. Descuido ou capricho, é assim gila os lápis do Angelo, do Bordallo, e outros o encontram a propósito (*O Globo*, 07 de junho de 1876, p. 3)

A cabeleira, que foi descrita como "anelados cabellos, cujas pontas às vezes se misturavam com a da sua barba" (*Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1900, p. 2), era o alvo de chacota através de sátiras: "Que Octaviano Hudson foi encontrado de chapéu novo, entre as dez e as onze, na rua dos piolhos. Que fatalidade!" (*O Mequetrefe*, 13 de dezembro de 1879, p. 3). Era frequente as insinuações sobre Hudson necessitar de banhos, as piadas desse teor eram constantes na *Revista Ilustrada* e em *O Mequetrefe*:

A pedido geral dos seus companheiros do *Jornal*, o sr. Octaviano Hudson decidiu tomar um banho. O Castelo dará o sinal por três girândolas, se o banho fôr quente, por duas, se fôr apenas frio (*Revista Ilustrada*, 6 de março de 1880, p. 3).

(...) No Rio de Janeiro toda a gente toma banho, incluindo mesmo nesse número, apesar das opiniões em contrário, o nosso amigo Sr. Octaviano Hudson (*O Mequetrefe*, 10 de março de 1884, p. 6)

A história diz que os grandes furiosos da antiguidade Tântalo, Atreu, Orestes... não lavavam a cara; Attila, os Borgia e mais modernamente, o Sr. Octaviano Hudson nunca experimentaram as delícias do banho (*Revista Ilustrada*, 23 de julho de 1881, p. 2).

Faz sentido que questionemos esse tipo de tratamento direcionado a nossa personagem, afinal os ataques a sua aparência tinham como alvo seu cabelo enrolado e davam a entender que sua fisionomia possuía aspecto de suja.

O periódico *O Corsário* era ainda mais incisivo em seus deboches acerca de Octaviano Hudson, atribuíam a ele codinomes como “poeta dos piolhos” e crônicas eram escritas em relação a sua aparência. Na ocasião em que Hudson se encontrou com o imperador Dom Pedro II, o tom dos comentários foram:

Sua Majestade sabe os perigos em que incorre? Sabe o que é o Octaviano Hudson? Sabe o que é que ele traz em cima de si? Olhe, só de bichos: São piolhos. São percevejos. São muquiranas. São baratas. São ratos. São teias de aranha. São cobras. São lesmas. São minhocas. Quanto a outras cousas: Bodum. Suor azedo. Chulé. O Cruzeiro. Caatinga. Exalações miasmáticas. Cheiros de matérias pútridas. Mau cheiro na boca. Fedor no nariz. Aquilo que Deus mandou Ezequiel comer com pão, isto é, o que Cambronne respondeu aos ingleses. Guano do Peru. Cebo. Tudo isto, debaixo da influência do nosso rico sol tropical, nesta estação principalmente, é suficiente para desenvolver a febre amarela em todos os cortiços do Sr. Conde d'Eu, nas casinhas da quinta Imperial, em toda a cidade enfim. E sua magestade consente que o Hudson o visite! Mas isto é querer se suicidar e enlutar o seu netinho! (*O Corsário*, 11 de novembro de 1882, p.3).

Em outra edição do jornal, há uma coluna com um poema tratando de Hudson:

É mais nojento que um corvo
Que toda raça suína
Ainda mais porco que o Hudson

É um sapo de latrina.
Tem mais catinga ele só
que um milhão de pretas velhas
É todo lixo dos pés
Até à ponta das orelhas. (...)
Envie a casca de côco
Mais o sabão (ordinário)
À redacção da Gazeta
Que lave o tal latrinario (*O Corsário*, 11 de janeiro de
1883, p.2).

Nos versos deste pequeno poema, podemos perceber como as sátiras fazem analogias com animais conhecidos por viver em ambientes insalubres, como os termos “raça suína” e “sapo de latrina”. Talvez a insinuação mais chocante seja a de que Octaviano Hudson teria mais catinga do que pretas velhas, o que nos faz pensar a relação entre sujeira e cor colocada na frase. A lógica de que pretas velhas são fedorentas e que Hudson equivaleria ao cheiro de mil destas mulheres.

Há algumas razões para *O Corsário* possuir um tom mais incisivo, quase maldoso, quanto a persona de Hudson. O primeiro ponto é que o periódico foi o primeiro da tipologia de “pasquim” da corte, surgiu em 1880, causando impacto na imprensa assim que chegou. Portanto, o teor radical era proposital. O jornal caçoava até mesmo do Imperador Dom Pedro II e de sua família, fazendo duras críticas à política monarquista. Os ministros e o chefe de polícia também faziam parte do foco satírico. Tudo poderia se tornar piada, crônica ou deboche (De Araujo, 2009, p. 52). Sendo assim, Octaviano Hudson era mais um alvo, o que indica novamente sua intensa circulação na sociedade civil e política, como personagem relevante. Neste caso, as menções eram sempre relacionadas ao seu talento na escrita e a sua aparência.

Apulcro Castro, o criador e redator da folha satírica, era um republicano radical que discordava não só do modelo político vigente, mas também de posições moderadas dos liberais. Apesar de ser também um partidário da abolição, suas posições diferiam da atuação de grandes figuras abolicionistas. Rodrigo Araújo em sua dissertação sobre os pasquins, aponta que o pouco apreço que

o redator do *Corsário* nutria por figuras como Joaquim Nabuco e Patrocínio tinha razão na crença de que estes personificavam a luta abolicionista e pretendiam fazer fama (Ibidem, p. 57-58).

Por isso, era constante edições que continham ataques a adversários políticos, aqueles dos quais discordavam e até mesmo de desafetos da imprensa. Nesse sentido, o ataque a Hudson pode se justificar por sua radicalidade republicana ter se recrudescido ao longo do tempo. Ou, pelo mesmo pensamento que Castro possuía em relação a figuras que personificavam lutas sociais.

Octaviano Hudson nunca respondeu aos deboches dos colegas de imprensa, ao contrário do que fazia quando as críticas que recebia eram políticas, como já vimos. Talvez por se manter apático com os deboches, os ataques nunca cessaram, a não ser em respeito a sua morte. A imprensa jocosa tinha seus alvos e Hudson foi um deles, a única questão que permanece para nós é o conteúdo das sátiras feitas. O alvo ter sido sempre o seu cabelo encaracolado e sua aparência nos coloca a questionar se havia alguma relação com sua cor.

Segundo as fontes analisadas, Octaviano Hudson nunca se afirmou enquanto um homem negro nas folhas da imprensa. Talvez não considerasse necessário ou não quisesse, devido a questões raciais que permeavam a segunda metade do século XIX, a qual já discutimos anteriormente. O silenciamento da cor abordado aqui também se anuncia na postura de Hudson e se este silêncio pode ser entendido como estratégia de sobrevivência.

Contudo, fica claro para nós que o tratamento que recebeu - não só da imprensa jocosa - fazia questão de deixar claro que mesmo que Hudson se pretendesse um intelectual, para alguns setores o seu conhecimento da língua ou suas técnicas de escrita não eram suficientes. *O Mequetrefe* em abril de 1880 dizia: “O Octaviano Hudson, o autor da cambaia *musa do povo* vai publicar um volume de versos. Tremam, Gregos e Troianos! O livro se há de intitular - *Cabeludas*. É muito bem achado” (*O Mequetrefe*, 28 de abril de 1880, p. 7). Já *O Corsário*, fazia alusão a coluna “Musa do Povo” no *Jornal do Comércio* como “musa piolhenta” (*O Corsário*, 28 de outubro de 1882, p. 2).

Outros periódicos quando Octaviano Hudson faleceu, fizeram questão de marcar a sua condição financeira e sua qualidade como escritor. As homenagens póstumas lembravam

sua pobreza e seu espírito filantrópico (*Monitor Campista*, 16 de fevereiro de 1886, p. 2). Uma década após sua morte o periódico *A Semana* fazia menção às suas habilidades poéticas: “O Octaviano Hudson, o da *Musa do Povo*, e esse mesmo não sei se lhe diga que tinha mais vibração e mais estro, ainda que não soubesse tão bem a língua” (*A Semana*, 8 de abril de 1895, p. 1).

Em outra ocasião, Octaviano Hudson foi alvo de comentários pejorativos e atitudes mal intencionadas, quando foi preso em 15 de junho de 1864 na vila de São João do Príncipe. A situação foi que o delegado de polícia da localidade deu ordem para que um policial desse voz de prisão a Hudson, que foi solto na manhã seguinte com a condição de apresentar justificação. No dia 17, antes de se apresentar para sua justificação, nosso personagem descreveu que em conversa com um amigo:

(...) narrei-lhe a violência de que havia sido vítima e que viria à augusta presença de Sua Magestade o Imperador pedir justiça pela afronta que se me havia feito. O delegado que se achava presente disse que eu me estava dirigindo a ele e que só por isso merecia um processo; retirei-me para fazer o requerimento de justificação, e apenas transposto o limiar da porta do escritório do meu procurador o Sr. Domingos José Vaz, recebi nova ordem de prisão. Antes de ir para a cadeia entreguei o meu requerimento ao Sr. delegado, e recolhido á ela, veiu apoz ordem para se me encerrar na enxovia, o que se executou continente, e o tabelião Angelo intimou-me que eu estava já à disposição do chefe de polícia. O requerimento foi-me dado depois de passados cinco dias, só com o fito de se me demorar nessa cadeia para cumprir a pena que a mais cega vingança havia premeditado (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 1)

Hudson se defende argumentando que habitou dois anos em São João do Príncipe, como preceptor dos filhos do capitão João José de Sá Cherem, que era votante do município à época em que lá residia. Ainda é mais incisivo ao dizer que “Eis o homem desconhecido que se prende para recruta, quando todos têm ciência de que sou casado, e que a própria qualificação para

votante não só marca meu estado com a minha atual profissão” (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 2).

Ao delegado acusado por Octaviano Hudson de cometer tal injustiça, Pacífico José da Silva, foi dado o direito de resposta nas páginas do *Jornal do Commercio*, onde o mesmo alega que “Havia em S. João do Príncipe um indivíduo chamado Octaviano de Castro Hudson. Esse indivíduo era geralmente apontado como de ruins costumes, sem profissão conhecida, roxoso e quase vagabundo”. O delegado defende que precisava dar cumprimento às ordens do Dr. Chefe de Polícia da corte, que lhe exigia recrutas. Em sua defesa ainda aponta que “Mais de um reclamo se tinha feito ouvir ante as autoridades contra esse indivíduo, que, em seu desatinado proceder levava seu arrojo até à provocação contra agentes da autoridade pública” (*Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1864, p. 1).

Já em seu primeiro pronunciamento ao público do jornal *Correio Mercantil*, Hudson tratou de recolher um abaixo assinado, atestando que residiu no município de São João do Príncipe por dois anos e que havia se transferido para o município de Piraí para também exercer a profissão de preceptor, cuidando da educação dos filhos de fazendeiros da região. Assinaram este abaixo assinado indivíduos de prestígios da região, como o Barão de Mangaratiba, o já aqui citado João José de Sá Cherem, os advogados Belisário Antonio Ramos Barbas e Domingos José Vaz, Luiz José de Sá Cherem Junior, entre outros (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 2).

Era comum que Octaviano Hudson, quando estivesse sob acusação recolhesse testemunhos de amigos renomados na sociedade. Isso também ocorreu quando o *Methodo Hudson* de leitura repentina, foi acusado de ser um plágio de outra cartilha. Ocasão que Hudson não só se provou inocente, mas também reuniu depoimentos de profissionais da educação sobre a eficácia de seu método e apresentou amigos atestando sua índole (*Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1877, p. 3). Nestas duas situações em que se provava diante do público, nos faz levantar o questionamento do porquê era tão importante para Hudson ser referenciado e validado por terceiros. É possível que qualquer acusação pudesse acabar com a reputação de Hudson e neste caso ele estava sempre armado para se defender.

Voltando para o caso de sua prisão em S. João do Príncipe, acontece que ao fim de seu pronunciamento de defesa, Octaviano Hudson afirmou ter sido vítima de uma “vingança eleitoral”. O que coincide com o processo eleitoral para escolha de deputado no ano anterior no mesmo município, em que Hudson se envolveu em um alvoroço na apuração dos votos. Nas páginas do jornal *A Actualidade*, ele narra o acontecimento em que Joaquim Breves diz que não iria apurar mais que 10 votos de Dr. Luiz Barbosa da Silva, seu então adversário na eleição. Indignado com o diretório "pigmeu" da região, que segundo Hudson,

(...) tentou circunscrever a liberdade de todo o colégio à sua imposição, tanto assim que antecipadamente ao dia 9 já se havia propalado que o candidato o Sr. Dr. Luiz Barbosa da Silva não obteria senão derrotas e as mesmas seriam dadas pelo Sr. Joaquim Breves que expressamente havia distribuído dez cédulas com o nome desse candidato, para satisfazer alguns eleitores que relutaram na fazenda de Olaria por ouvirem dizer que se deveria excluir completamente o nome do Sr. Barbosa. (...) o Sr. Breves e seus agentes seriam firmes em recusar qualquer reclamação, visto que o banquete, como disse um mesário era especialmente da mesa e por conseguinte tinham direito a regerem como bem lhes aprouvesse a orquestra que devia servir nessa bacchanal (*A Actualidade*, 13 de outubro de 1863, p. 2).

As críticas de Octaviano Hudson foram direcionadas à questão da liberdade e do voto livre, que na situação descrita por ele haviam sido deixadas de lado mediante a combinação do próprio diretório ao propor a chapa já vencedora antes de se darem as eleições.

Ao propor que havia sido vítima de vingança eleitoral em junho de 1864, acreditamos que Octaviano Hudson estivesse resgatando a memória desta situação relacionada às eleições e a figura de Joaquim José de Souza Breves, a quem teceu duras críticas. Junto à crença de Hudson na vingança eleitoral, há críticas na imprensa à polícia de São João do Príncipe em janeiro de 1868. No *Correio Mercantil*, o autor da publicação julga a

escolha dos policiais e delegados da região, afirmando ser pautadas sempre em interesses políticos. São citados os excessos cometidos pela classe policial contra alguns cidadãos, cita a ocasião em que o delegado Sr. Pacifico prendeu Octaviano Hudson sob falsa acusação, tendo meses depois voltado a ativa. Mencionando, inclusive, o caso de um importante advogado da região que foi processado pelo mesmo Sr. Pacifico por “defender os direitos de uma família de cor” (*Correio Mercantil*, 09 de janeiro de 1868, p. 1).

A leitura que fazemos dessa junção de acontecimentos é a de que Pacifico José da Silva seria protegido do fazendeiro Joaquim Breves, tendo executado a prisão de Hudson a mando do importante negociante e deputado da região como vingança eleitoral. Não custa salientar que o Sr. Breves era um dos maiores fazendeiros cafeicultores de São João do Príncipe e adjacências (Lourenço, 2010). Acrescenta-se a isso, o fato de que o delegado já havia processado um advogado por defender uma família negra, o que possivelmente indica teor racial em suas atitudes.

Na conjuntura da prisão de Octaviano Hudson, ainda podemos acrescentar o motivo do recrutamento, que no século XIX recaía sobre negros e pardos por meio de condições acusatórias de vadiagem. Quanto a isso, o delegado descreveu especificamente o motivo de “quase vagabundo” (*Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1864, p. 1) para argumentar a prisão de Hudson, ainda que a realidade se provasse o contrário.

Precisamos considerar que Hudson se encontrava fora de sua cidade de origem e a migração para vilas e cidades menores era um desafio. O processo de aceitação do migrante pela comunidade local exigia determinado grau de relações estabelecidas, uma rede de proteção que nosso personagem possuía, por trabalhar para figuras importantes da região. Octaviano Hudson cuidou da educação dos filhos de José de Sá Cherem, dono de terras e cafeicultor de S. João do Príncipe e arredores, após terminar este trabalho foi a Pirai ser preceptor dos filhos de outros fazendeiros. Hebe Mattos aponta que estabelecer laços enquanto migrante era o principal requisito para ser aceito (Mattos, 2013, p. 54). Nesse sentido, Hudson possuía um apadrinhamento. Não é à toa que conseguiu tantos depoimentos para seu abaixo assinado, que o validava naquela localidade.

O questionamento quanto a esta ocasião se coloca em relação ao tipo de tratamento recebido, não só as falsas acusações sobre vadiagem e perturbação pública, mas o fato da prisão ter sido executada de fato, mesmo que Hudson fosse conhecido na localidade de S. João do Príncipe. Ainda que o ocorrido fosse uma vingança eleitoral, como foi apontado, o tipo de tratamento oferecido coloca em jogo se nesta ocasião a cor silenciada não falou mais alto.

O tratamento que Octaviano Hudson recebeu nas ocasiões retratadas até aqui, nos ajudam a levantar um outro ponto. As sátiras e os ataques podem ser interpretados como uma forma de desfigurar a imagem do nosso personagem. Se partimos do que a figura de Hudson representa ocupando lugar de destaque na sociedade imperial por suas posições políticas e enquanto um homem negro, os ataques podem ter aí um objetivo. Minar a reputação de um homem que cultivava os valores da educação e do trabalho para o povo, faria sentido em uma sociedade onde o silêncio da cor imperava e onde o Estado não oferecia assistência.

Podemos pensar que se Octaviano Hudson era um homem negro, porque os jornais satíricos nunca apontaram isso de forma explícita. A hipótese que temos para isso é de que, a cor estar evidente no conteúdo dos deboches seria uma forma de legitimação quanto a presença e a influência de um “mulato” em posição de relevância. O que referencia esta possibilidade é justamente a postura da sociedade da segunda metade do século XIX quanto à cor. Se somem os qualificativos de cor dos processos jurídicos em relação à população livre e se o silenciamento era uma estratégia de sobrevivência, faz sentido que a sociedade não pretendesse referendar a cor de personagens em posições relevantes. O silenciamento nesse caso seria uma via de mão dupla.

Ainda que as fontes apresentadas aqui silenciem a cor de Octaviano Hudson, o que podemos ver nas entrelinhas foram tratamentos com tons discriminatórios e jocosos que provavelmente se relacionam com uma questão racial. O que tentamos demonstrar é a forma como sua cor foi silenciada e somente quinze anos após sua morte aparece de forma explícita nas páginas da imprensa, referenciada por um então militante negro e socialista.

Com a falta de acesso a registro civil e de batismo de nosso personagem, este foi o caminho possível a ser trilhado para apresentar indícios sobre a cor de Octaviano Hudson e o silenciamento em torno da questão. Não é surpresa que sua cor tenha sido suprimida, tanto por si próprio quanto pela imprensa, visto que a questão racial era entendida como um entrave para livres e libertos e o silenciamento da cor era encarado como estratégia de sobrevivência. Para isso podemos resgatar Hebe Mattos: “a cor inexistente antes de significar apenas branqueamento era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição”.⁴ Ou Ivana Stolze Lima: “Não falar sobre a cor, em determinados discursos, não indica não agir, em outras instâncias, a partir de uma série de critérios associados à distinção de cor: a condição social, proveniência, as práticas culturais etc”.⁵

Nesse sentido, o caminho que fizemos para cobrir as lacunas deixadas pelo silêncio da fonte foi o de trazer a conjuntura social do século XIX que explica o próprio desaparecimento da cor. Percorrer os rastros deixados pela imprensa e seguir alguns padrões de tratamento oferecido às personalidades negras é um dos mecanismos que podemos utilizar para contornar os desafios que as fontes nos impõe. Se há um apagamento da cor em nome do projeto de nação que se construía para o Brasil em fins do oitocentos, não podemos deixar que a historiografia continue suprimindo esta problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Estatutos Associação de Socorros Mútuos Liga Operária. Coleção de Leis do Império de 1873, p. 537

Periódicos

⁴MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013. p. 109.

⁵LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 122.

A Actualidade.
A Semana.
A vida Fluminense.
Cidade do Rio.
Correio Mercantil.
Gazeta de Notícias,
Jornal do Comércio.
Monitor Campista.
O Corsário.
O Globo.
O Mequetrefe.
O Paiz.
Revista Ilustrada.
Tribuna Artística.

Diversos

Coleção de Leis do Império de 1873.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Claudio H. M. **Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

CHALHOUB, Sidney & TEIXEIRA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, 14 (26), 2010.

DE ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. **Pasquins: submundo da imprensa na corte imperial, 1880-1883.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

– UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social, ano 2009.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 26, fev. 1998.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves**. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Companhia das Letras, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, 2016.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. In: **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Para quem quiser ver: cidadania negra e preconceito de cor nas páginas da Gazeta da Tarde (1880-1887). In: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio, “eminência parda” e a “cor não luzidia”: negócios da liberdade e racialização

no tempo da abolição. In: SAMPAIO, G., LIMA, I., BALABAN, M. (org). **Marcadores da Diferença. Raça e Racismo na História do Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2020.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário antropológico**, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz e CCBB, 1996, p. 41-58.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade**; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, 2009.

Recebido em: 24/11/2022
Aprovado em: 15/07/2024